# **IMPERIALISMO ECOLÓGICO E CRISE DO CAPITAL:** o processo de espoliação da natureza a partir da mineração em Terras Indígenas no governo Bolsonaro

Bianca Duailibe Alves[1]

Mariana Cavalcanti Braz Berger[2]

**RESUMO:**

Este trabalho objetiva analisar como o processo de acumulação capitalista tem ocasionado o agravamento da crise socioecológica, além de indicar como a prática predatória da mineração em Territórios Indígenas (TIs) no governo Bolsonaro gerou grandes impactos socioambientais. A metodologia, situa-se em uma pesquisa bibliográfica e documental. Aponta-se que o processo de acumulação capitalista está imbricado no processo de exploração e dominação do meio ambiente. Os TIs sofreram grandes impactos com as invasões de garimpeiros e de empresas mineradoras.

**Palavras-chave:** Crise Ecológica; Territórios Indígenas; Governo Bolsonaro.

**ABSTRACT:**

This paper aims to analyze how the process of capitalist accumulation has led to the worsening of the socio-ecological crisis, in addition to indicating how the predatory practice of mining in Indigenous Territories under the Bolsonaro government has generated major socio-environmental impacts. The methodology is based on bibliographic and documentary research. It is pointed out that the process of capitalist accumulation is intertwined with the process of exploitation and domination of the environment. The Indigenous Territories have suffered major impacts from invasions by prospectors and mining companies.

**Keywords**: Ecological Crisis; Indigenous Territory; Bolsonaro government.

## 1 INTRODUÇÃO

[1] Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: bianca.duailibe@discente.ufma.br
[2] Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas/UFMA. E-mail: mariana.braz@ufma.br.

O debate sobre os efeitos destruttivos do capitalismo no meio ambiente tem ganhado força no cenário mundial. A emergência da crise ecológica, movida a partir da acelaração das mudanças climáticas, direcionam criticas sobre o modo de produção e consumo da sociedade burguesa.

De acordo com Monerat (2022), os dilemas que envolvem a questão ambiental devem ser entendidos a partir da compreensão do funcionamento das interações sócio-histórica, ou seja, como a sociedade se organiza a partir do modo de produção da vida material. Dessa forma, a crise ambiental no sistema capitalista deve ser analisada por intermédio do processo de metabolismo social do capital.

Foster e Clark (2006) explicam que a ecologia sob o modo de produção da sociedade capitalista abrange conotações complexas e requer uma análise em âmbito global. A destruição da natureza, promovida pelo sistema capitalista a partir do seu processo de expansão e acumulação, está interligada com as divisões dentro do capital. Conforme indicam os autores, o sistema capitalista exibe uma divisão hierárquica, representado por um centro e uma periferia de nações que ocupam posições desiguais na divisão internacional do trabalho, um sistema baseado em dominação e dependência.

Nos países periféricos, o processo de devastação socioambiental é histórico, resultado de uma formação colonizadora, apontado pela exploração colonial. O colonialismo cravou um processo de destruição na América Latina, sendo responsável pela exploração de recursos naturais, genocídio de povos indígenas, entre outros aspectos (Leal; Neto; Nabozny, 2021). Além disso, determina práticas de subalternização e dominação. Conforme apresenta Costa e Loureiro (2023, p. 5), na América Latina, as relações de dependência estrutural continuam a atender aos interesses de países hegemônicos através de “exportação de produtos primários que são comercializados a preços baixos, embora produzidos com elevados custos à biodiversidade e aos ecossistemas, unido a condições de mão-de-obra precarizadas ao que se denomina condição de superexploração”.

Com as recentes transformações político-sociais, e a ascensão das políticas neoliberais, houve, no mercado internacional, o aumento do preço de commodities minerais. Dessa forma, o neoextrativismo invade e se expande nos territórios da América Latina, criando uma ilusão de progresso na economia e exterminação da pobreza. Entretanto, o processo de desenvolvimento alicerçado no crescimento da economia por meio da exportação de produtos

primários e na apropriação privada de recursos naturais ocorreu numa inserção internacional subordinada. Para além, a inserção desse modelo de extração não erradicou os índices de pobreza, em movimento contrário, acentuou as desigualdades sociais, promoveu diversos ataques violentos as comunidades tradicionais e ocasionou o processo de devastação da natureza (Costa; Loureiro, 2023).

O governo de Bolsonaro (2029-2022) representou o retrocesso nas políticas sociais e ambientais. A ascensão da extrema direita no Brasil foi marcada pela fragilização da legislação ambientalista. Assim, uma das maiores consequências do desmonte das políticas ambientais foi o avanço no desmatamento de todos os biomas brasileiros, além do sucateamento dos órgãos públicos de fiscalização do meio ambiente.

O interesse por Terras Indígenas para atividades ligadas a mineração e garimpo não constitui em um fenômeno novo e recente, no entanto, tem sido expressiva no contexto de crise estrutural do capital e da agenda ultraneoliberal. Os conflitos entre indígenas e mineradores se reconfigurou a partir da década de 1970, com a invasão de grandes projetos na Amazônia brasileira promovida pela Ditadura Militar (Milanez; Wanderley; Magno, 2022).

Tendo em vista que a mineração é inerente a dinâmica do capitalismo contemporâneo, este artigo permite analisar como a atividade que envolvem a mineração tem se tornado cada vez mais fundamental para a manutenção da hegemonia do capital extrativo global. Desse modo, esse estudo foi norteado pelo interesse em elucidar de maneira crítica as consequências do modo de produção capitalista no meio ambiente, compreendendo que a exploração da natureza de maneira predatória tem se apresentado como um produto no aprofundamento da crise estrutural do capital, em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Nesta perspectiva, o objetivo deste artigo consiste em analisar como o processo de acumulação capitalista tem ocasionado o agravamento da crise civilizatória e ecológica. Além disso, este trabalho permite refletir como a prática do garimpo ilegal aponta para uma ação predatória no meio ambiente, demonstrando que o avanço dessa atividade exploradora em territórios indígenas, durante o governo de Bolsonaro, ocasionou diversos impactos socioambientais.

A metodologia deste estudo situa-se em uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Apresenta-se uma breve discussão sobre o imperialismo ecológico, fundamentado sob a perspectiva da teoria da ruptura metabólica desginada por Marx, demonstrando os efeitos catastróficos do capitalismo no meio ambiente. Além disso, o trabalho

relaciona as implicações da crise socioecólogica evidenciada por Marx e autores marxista com o processo de exploração da natureza em Terras Indígenas no contexto de desmonte das políticas ambientais durante a gestão de Jair Bolsonaro.

## 2 BREVES NOTAS SOBRE O IMPERIALISMO ECOLÓGICO: o processo de acumulação de capital por meio da espoliação da natureza

O desenvolvimento das forças produtivas do capital tem acarretado efeitos extremamente nocivos ao meio ambiente. O processo de acumulação de capital escancara um modelo de produção e consumo insustentável com os limites do planeta Terra. O capital necessita expandir e encontrar novos mercados, fazer novas alianças e maximizar a extração de lucro. Marx e Engels (2010, p.43) indicam que o modo de produção capitalista é movido "pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte".

Conforme expressa Bugiato (2017), Lênin define imperialismo como este processo estrutural que organiza monopólios e estimula a exportação de capital, aliado ao fortalecimento da hegemonia burguesa e do Estado, promovendo uma competição entre grandes potências capitalistas. A inserção e o controle por novos mercados e territórios consolidam a reprodução de capital.

Dessa maneira, compreende-se que o imperialismo não versa apenas sobre as relações de espoliação e exploração de países de capitalismo central à países de capitalismo periférico, retrata também os conflitos e as relações hierárquicas que constituem entre as potências capitalistas (Pansardi, 2012). Constata-se que a ecologia sob sistema capitalista se encontra como um elemento estrutural coordenado por ações imperialistas, em que países centrais dominam e controlam países periféricos (Medeiros; Ribeiro, 2021).

Foster e Clark (2012) explicam que o imperialismo ecológico é caracterizado como o domínio de recursos naturais, que geram assimetrias pela exploração ambiental e em intercâmbio desigual. Assim, Foster (2015, p. 89) indica que o imperialismo ecológico na teoria ecológica marxiana

> [...] se entende que um país pode ecologicamente explorar outro, como na famosa referência de Marx à forma como, durante mais de um século, a Inglaterra tinha "indiretamente exportado o solo da Irlanda", minando a fertilidade em longo prazo da agricultura deste país.

Andrade (2022, p. 146) indica que para Marx, a relação entre humanidade e natureza sob o modo de produção capitalista "é subordinada, com recursos naturais para gerar a forma-mercadoria, transformando-as em fetichizadas, ou seja, a natureza vista apenas para a geração de mais-valor e expansão da produção".

Por meio da análise realizada por Marx acerca da ruptura metabólica, é possível relacionar como a dinâmica do capitalismo através de sua lógica expansiva ocasiona desequilíbrio e espoliação na natureza. De acordo com Foster (2015), o imperialismo ecológico pode se manifestar de maneiras distintas, provocando o seguimento da ruptura metabólica em nível global, estabelecida por meio da acumulação primitiva, e também, pela colonização dos países periféricos, especialmente a América Latina.

Segundo Foster e Clark (2006), é necessário atentar como o imperialismo ecológico manifesta as interações sociais entre natureza e sociedade. O processo de saque e exploração dos seres humanos pode ser inserido como integração de uma dívida ecológica mais ampla. O capital continua a exercer sua base central, visto que os padrões de produção e consumo dos países de capitalismo central são os propulsores da destruição ecológica da Terra.

Sob o marco da globalização, existe uma expansão crescente do mercado de matéria-prima, "para suprir a demanda por mercadorias, acompanhada da precarização do trabalho, buscando assegurar a margem de lucro necessária a acumulação e à reprodução ampliada de capital" (Loureiro; Layrargues, 2013, p. 58).

O progresso do capital se encontra atrelado ao crescimento do nível de demandas impostas ao mundo. A trilha ecológica a serviço do capital continua em expansão na medida em que se dissipam as suas próprias reservas naturais e materiais assim como de outros países, demonstrando as desigualdades em âmbito global na proporção em que as nações do Sul global seguem sustentando os países de capitalismo central em termos de mão de obra, bens e recursos naturais (Foster; Clark, 2006).

O processo de acumulação por espoliação designado por Harvey (2006) apresenta a expressão do modo de produção capitalista devastador, dessa forma "o capitalismo internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas" (Harvey, 2006, p. 111).

> A geografia histórica do capitalismo se assenta, simultaneamente, em um contínuo processo de acumulação por despossessão, de um lado, e em locais específicos de reprodução ampliada, de outro, de modo que estes dois polos se reforçam mutuamente. Assim, a acumulação primitiva não constitui uma especificidade histórica, mas sim um processo contínuo de incorporação de novos territórios à dinâmica capitalista que retroalimenta a acumulação de capital em escala global,

> tendo sua manifestação fenomênica tanto no imperialismo quanto nas interações de contraface dele, ou seja, o colonialismo e a dependência (Trindade; Ferraz, 2023, p. 53-54).

De acordo com Andrade (2022, *apud* Alimonda, 2011), o processo de exploração da natureza na América Latina se constitui principalmente de: práticas de monocultura que exterminam ecossistemas singulares, expropriação de terras de povos indígenas, extração mineira em volta do desenvolvimento de tecnologias de países de capitalismo central, entre outros.

O processo de acumulação primitiva de capital se desdobra em relações de exploração e espoliação na natureza, promovendo a ruptura do metabolismo social. A partir do aprofundamento do modo de produção capitalista, tem-se observado a intensificação da devastação do meio ambiente (água, ar, terra, minérios). Além disso, verifica-se que o aumento da degradação da natureza tem efeitos diretos na transformação do meio ambiente em mercadoria.

No Brasil, com a ascensão da extrema direita em 2018, a exploração dos recursos naturais trouxe novas conotações, a partir do crescimento de atividades que promovem a aceleração no processo de espoliação da natureza. Diante do avanço das forças produtivas no meio ambiente, as medidas adotadas no governo Bolsonaro favoreceram o processo de acumulação de capital e a depredação da natureza, impactando o meio ambiente e as comunidades tradicionais.

## 3 A INVASÃO DO GARIMPO ILEGAL EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL NO GOVERNO BOLSONARO

O governo Bolsonaro apresentou grandes dilemas na continuidade das políticas públicas no Brasil. Sua gestão teve enfoque na destituição das políticas sociais e ambientais. Os indicativos de seu mandato reproduziram numa desassistência com as questões pertinentes a natureza, intensificando a destruição ambiental. Discursos polarizados, agenda autoritária e conservadora, contestação dos valores democráticos promovidos pela Constituição Federal de 1988 foram constantes durante o governo do ex-chefe de estado.

O alicerce das políticas ambientais brasileiras foi extensamente descontinuado durante o período de 2019 a 2022, período que concerne ao mandato de Jair Bolsonaro. Os discursos

do ex-presidente incentivavam a exploração das áreas ambientais protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação federais e estaduais), assim o afrouxamento nas legislações ambientais foram vetores primordiais para que o Brasil sofresse inúmeras violações socioambientais.

Na gestão de Bolsonaro, as políticas ambientais no Brasil passaram por uma série de retrocessos e desmontes. Dentre as principais medidas adotadas pelo governo federal, destaca-se: a redução e alteração na composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e a paralisação do Fundo Amazônia, o qual trouxe graves consequências para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como a fragilização e a destituição da autonomia dos órgãos públicos de fiscalização do meio ambiente, e resultaram no aumento das taxas de desmatamento nos biomas brasileiros (Modelli, 2021).

A intensificação nas taxas de desmatamento trouxe diversas consequências para o ecossistema, biodiversidade e as comunidades que habitam a Amazônia legal. O governo Bolsonaro agiu de maneira omissa sobre o crescimento nos índices de desmatamento na região amazônica, resultando em críticas ao seu mandato, haja vista os resultados de sua gestão confirmam o aspecto de uma gestão que incitou a barbárie.

No que se refere aos impactos do desmatamento em terras indígenas, uma declaração do Cimi (2023) informa que sob o governo de Bolsonaro as violações nesses territórios registraram um aumento de 252%, retratos de invasões possessórias, exploração de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, em que 309 casos atingiram pelo menos 218 terras indígenas.

Durante o período que Bolsonaro esteve exercendo seu mandato na presidência, nenhuma terra indígena foi demarcada. Sendo assim, o governo federal

> não apenas ignorou a obrigação constitucional de demarcar e proteger as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos originários como também atuou, na prática, para flexibilizar este direito, por meio de Projetos de Lei (PLs) e de medidas administrativas voltadas a liberar a exploração de terras indígenas (Cimi, 2023, p. 2).

Uma das disposições adotadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro foi o Projeto de Lei 191/2020, esta medida representou um dos maiores ataques aos povos originários no Brasil. A PL, de acordo com Ramos (2021, p. 302), visava “abrir as terras indígenas para diversos tipos de atividades econômicas por empresas não indígenas: garimpo, mineração industrial, exploração de petróleo e gás, construção de hidrelétricas e outras obras de infraestrutura, além do plantio de transgênicos”.

O projeto foi elaborado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério de Minas e Energia. Ressalta-se que não houve a participação das comunidades indígenas na elaboração da proposta. O argumento do Governo Federal para construção da PL 191/2020 foi de que as terras indígenas deveriam ser aproveitadas economicamente (Prizibisckzi, 2020). Assim, observa-se que o governo de Bolsonaro estava a serviço de grandes empreendimentos econômicos, violando os direitos dos povos indígenas e promovendo ações e ataques contra o meio ambiente e as populações mais vulneráveis.

Ressalta-se que no governo Bolsonaro, as políticas pró mineração e garimpo em territórios indígenas provocaram uma crescente procura por títulos minerários, além de acelerar a exploração do garimpo ilegal. Assim que Bolsonaro assumiu o governo federal, "os pedidos de mineração em Terras Indígenas saltaram de 57, em 2018, para 82 no ano seguinte; e 214, em 2020, maior registro de solicitações em 24 anos, mais que quatro vezes a média anual" (Milanez; Wanderley; Magno, 2022, p. 395).

A intensificação do desmatamento em TIs motivada pela mineração gera impactos expressivos em escala local, regional, nacional e global. O autor indica que localmente, ocorre a redução da biodiversidade, limitando também a disponibilidade de alimentos para as comunidades indígenas, aumento do assoreamento dos rios e igarapés, afetando a pesca e o abastecimento de água. Em âmbito regional, a redução da área de floresta afeta a umidade e a incidência de chuva, ocorrendo o crescimento da probabilidade de incêndios. Em nível nacional, impacta diretamente na quantidade de chuvas no país, atingindo o abastecimento de água e agricultura. Em escala global, o desmatamento causa efeitos mais devastadores nas mudanças climáticas (Wanderley; Gonçalves; Milanez, 2020).

O DETER divulgou que entre 2018 e 2019, a degradação por mineração ou garimpo em TIs cresceu cerca de 107% (Oviedo; Araújo; Batista; et al., 2020). O relatório do Mapbiomas, o qual aponta o avanço do garimpo ilegal em TIs, indica que o desmatamento na Amazônia aumentou cerca de 70% no governo Bolsonaro, levando em consideração a média dos anos anteriores. Isto é, entre o período de 2009 e 2018, "a média registrada pelo Inpe foi de 650.000 hectares por ano, e durante o governo Bolsonaro a média foi de 1.060.850 hectares por ano" (Oviedo *et al*., 2021, p. 3-4).

> Quando se trata de desmatamento em Terras Indígenas, verifica-se que 90% do desmatamento acumulado no período 2019 a 2020 ocorreu em 23 terras, sendo elas: Ituna/Itatá, Cachoeira Seca do Iriri, Apyterewa, Trincheira Bacajá, Parque Indígena do Xingu, Marãiwatsédé, Kayapó, Mundurucu, Manoki, Karipuna, Uru-Eu-Wau-Wau, Kayabi, Parque Indígena Aripuanã, Batelão, Sete de Setembro, Waimiri Atroari,

> Zoró, Yanomami, Roosevelt, Panará, Urubu Branco, Rio Guaporé e Wawi (Oviedo e*t al.*, 2020, p. 4).

De acordo com o Greenpeace, entre janeiro e abril de 2020, aponta-se que mais de 70% da mineração na Amazônia aconteceu em áreas protegidas. Em territórios indígenas, o crescimento do desmatamento por mineração foi de 64%, em comparação com mesmo período de 2019 (Modelli, 2020). As principais TIs afetadas pelo garimpo ilegal durante o governo Bolsonaro foram: Território Indígena Yanomami, Terra Indígena Kayapó, Terra Indígena Munduruku

Desse modo, observa-se que a presença do garimpo em TIs tem se tornado uma das maiores ameaças as comunidades indígenas e a natureza, visto que sua atividade modifica os ambientes e há uma relação direta acerca do aumento nos índices de violência, além de afetar no processo saúde-doença dos povos indígenas.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de espoliação da natureza na sociedade capitalista tem ocasionado severos impactos socioambientais, desencadeando o desequilíbrio da natureza e violação aos direitos humanos. A consolidação do modo de produção da sociedade burguesa promoveu grandes transformações sociais, políticas e ambientais. A dinâmica e as contradições expostas pela acumulação de capital evidenciam a insustentabilidade do sistema capitalista. A partir da influência dos escritos de Marx, de Engels, e de marxistas ecológicos, o artigo analisou como o imperialismo ecológico se apresenta como uma contradição inerente ao sistema capitalista.

Dessa maneira, este estudo parte da premissa de que a crise ecológica está diretamente interligada a crise do capital. O século XXI tem propiciado o aceleramento das mudanças climáticas e dos fenômenos ambientais extremos, haja vista que o processo de acumulação capitalista avança rumo aos limites planetários. Observa-se que nessa dinâmica as periferias globais e as populações mais vulneráveis são as mais expostas a crise ambiental.

No campo progressista, as questões que envolvem o processo de mineração e garimpo ilegal são considerados fenômenos que geram ameaças ao meio ambiente e as comunidades tradicionais. O avanço da devastação ambiental promovida pela exploração dos recursos naturais promove os efeitos catastróficos na biodiversidade da floresta. Além disso, afeta o

modo de vida dos povos indígenas, impacta a segurança alimentar da comunidade, agravando as mazelas sociais e ambientais.

O acervo de Marx e Engels evidenciam a necessidade de superação do modo de produção capitalista. O debate sobre uma nova transformação socioeconômica é urgente, pois é preciso eliminar os componentes destrutivos do metabolismo do capital e resgatar a interação metabólica entre o ser humano e a natureza.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aline Recalcatti de. Contribuições de Marx sobre a relação sociedade-natureza e o imperialismo ecológico na América Latina. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, p. 128–159, 2022. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28184/20682. Acesso em 22 nov. 2024.

BUGIATO, Caio. Kautsky e Lenin: imperialismo, paz e guerra nas relações internacionais. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, v. 54, n. 2, 2017. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8533. Acesso em: 29 nov. 2024.

CIMI. Em 2022, intensificação da violência contra povos indígenas refletiu ciclos de violação sistemáticas e ataques a direitos. **Cimi**, 26 de julho de 2023. Disponível em: https://cimi.org.br/2023/07/relatorioviolencia2022/. Acesso em 20 jan. 2025.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. Questão Ambiental na América Latina: por um marxismo insurgente em Enrique Dussel. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, *[S. l.]*, v. 22, n. 1, p. e44399, 2023. DOI: 10.15448/1677-9509.2023.1.44399. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/44399. Acesso em: 19 mar. 2025.

FOSTER, John Bellamy. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. **Lutas Sociais**, *[S. l.]*, v. 19, n. 35, p. 81–97, 2015. DOI: 10.23925/ls.v19i35.26680. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26680.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Imperialismo Ecológico: a maldição do capitalismo. **Socialist register 2004**: o novo desafio imperial. 1ª ed. São Paulo: CLACSO, 2006. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248354/1/Socialist-2004.pdf. Acesso em: 01 dez. 2024.

_____. Imperialismo ecológico y la fractura metabólica global. Intercambio desigual y el comercio de guano/nitratos. In: **Theomai**, n. 26, 2012.

HARVEY, David. O "NOVO" IMPERIALISMO: acumulação por espoliação. **Socialist register 2004**: o novo desafio imperial. 1ª ed. São Paulo: CLACSO, 2006. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248354/1/Socialist-2004.pdf. Acesso em: 01 dez. 2024.

LEAL, Fellipe Guerin.; NETO, Francisco Quintanilha Veras.; NABOZNY, Gabriela Consolaro. Ecologia política e conflitos ambientais: lutas por justiça ambiental. **Germinal: marxismo e educação em debate**, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 535–549, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44945. Acesso em: 05 set. 2023.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trab. Educ. Saúde**, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/8VPJg4SGvJLhcK3xcrrnHRF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 mar. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, Amanda Monteiro Stelitano; RIBEIRO, Gabriel Gonçalves. Imperialismo verde: novas dominações em novos tempos. **Germinal: marxismo e educação em debate**, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 134–150, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.45068. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45068. Acesso em: 29 nov. 2024.

MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes; MAGNO, Lucas. Mineração e Políticas Públicas: conflitos, retrocessos e propostas para um outro modelo mineral. **Revista da Anpege**. v. 18. n. 36, p. 388-433, 2022. Disponível em: https://www2.ufjf.br/poemas/wp-content/uploads/sites/513/2014/07/Milanez-2022-Minera%C3%A7%C3%A3o-e-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.

MODELLI, Laís. Ricardo Salles: 10 'canetadas' e polêmicas que marcaram a gestão no Meio Ambiente. **G1**, 23 jun. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/06/23/ricardo-salles-10-canetadas-e-polemicas-que-marcaram-sua-gestao-no-meio-ambiente.ghtml. Acesso em: 20 dez. 2024.

_____. Mineração na Amazônia bate recordes de desmate nos últimos dois anos e avança sobre áreas de conservação. **G1**, 06 de dezembro de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/12/06/mineracao-na-amazonia-bate-recordes-de-desmate-nos-ultimos-dois-anos-e-avanca-sobre-areas-de-conservacao.ghtml. Acesso em: 21 dez. 2024.

MONERAT, Júlio Cesar Pereira. A crise ambiental e a ecologização do capital em uma leitura marxista: valor, renda e crise. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 15, n. n.esp, p. 1–20, 2022. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15946. Acesso em: 13 de março de 2025.

OVIEDO, Antonio Francisco Perrone; ARAÚJO, Elis Nice Oliveira de; BATISTA, Juliana de Paula; et al. **Relatório técnico sobre o risco iminente de contaminação de populações indígenas pelo novo coronavírus em razão da ação de invasores ilegais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2020. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-tecnico-sobre-o-risco-iminente-de-contaminacao-de-populacoes-indigenas. Acesso em: 20 dez. 2024.

OVIEDO, Antonio Francisco Perrone; ALMEIDA, Alana; AUGUSTO, Cícero; et al. **Desmatamento sem controle na Amazônia Legal**: a estimativa da taxa de desmatamento PRODES em 2021 e os impactos nas áreas protegidas (Nota Técnica). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2021. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/desmatamento-sem-controle-na-amazonia-legal-estimativa-da-taxa-de-desmatamento. Acesso em: 22 dez. 2024.

PANSARDI, Marcos Vinícius. RELENDO LÊNIN: um balanço do debate contemporâneo sobre o imperialismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, p. 5–19, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9400. Acesso em: 01 dez. 2024.

PRIZIBISCKZI, Cristiane. Mineração em terras indígenas: a proposta do governo Bolsonaro em 10 perguntas e respostas. **O eco**, 9 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/mineracao-em-terras-indigenas-a-proposta-do-governo-bolsonaro-em-10-perguntas-e-respostas/. Acesso em: 21 dez. 2024.

RAMOS, Adriana. Amazônia sob Bolsonaro. **Aisthesis**, Santiago, n. 70, p. 287-310, dez. 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/pdf/aisthesis/n70/0718-7181-aisthesis-70-0287.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; FERRAZ, Lucas Paiva. Acumulação por Espoliação e Atividade Agropecuária na Amazônia Brasileira. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 67, p. 43-77, 2023. Disponível em: https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/1051. Acesso em: 12 mar. 2025.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes; GONÇALVES, Ricardo Júnior de Assis Fernandes; MILANEZ, Bruno. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 555–599, 2020. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12457. Acesso em 15 dez. 2024.